

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JEFFREY LEGRO – *RETHINKING THE WORLD. GREAT POWER STRATEGIES AND INTERNATIONAL ORDER*

Ithaca, Cornell University Press, 2005, 272 pp.

A escola construtivista, não obstante a imprecisão dos seus pressupostos teóricos, tem o mérito de trazer de volta para a análise das relações internacionais um certo número de problemas – a mudança, o interesse nacional, a identidade, as ideias – aos quais as escolas neo-realistas não reconhecem nem relevância, nem pertinência.

O tema de Jeffrey Legro inscreve-se nessa linha. Em *Rethinking the World*, procura valorizar o lugar das ideias na formulação das estratégias internacionais dos estados e estudar os processos de mudança das ideias colectivas, que são decisivas para definir a relação de um estado com o sistema, ou a comunidade internacional, e condicionam as suas estratégias externas. Desde logo, Legro identifica três tipos ideais de ideias nacionais acerca do sistema internacional, que representam uma vontade de integração, de separação ou de revisão da ordem internacional. Aos três tipos

ideais correspondem estratégias diferenciadas: as concepções nacionais da China durante a Revolução Cultural, ou dos Estados Unidos antes da Grande Guerra, são dominadas por um paradigma separatista, com as correspondentes estratégias de alienação, ou de isolamento, enquanto a Alemanha é o paradigma do revisionismo, em 1914 e 1939, bem como o da integração, depois da segunda derrota das suas estratégias de expansão imperialista em 1945. Em seguida, Legro analisa os mecanismos da mudança através de um mecanismo relativamente simples. As mudanças são desencadeadas por uma ruptura, ou um choque – Pearl Harbour, a queda do Muro de Berlim, o 11 de Setembro – mas nem todos os choques impõem mudanças duradouras nas ideias colectivas sobre o relacionamento externo do Estado. Para tal, as mudanças têm de se consolidar, isto é, de fazer a demonstração da sua eficácia, política ou narrativa, perante a nova conjuntura ou, caso contrário, a velha ortodoxia persiste nas políticas externas: eis o que está em jogo no Iraque, a consolidação ou não da viragem estratégica norte-americana do pós-11 de Setembro. O último ponto de

Legro é o mais interessante: as mudanças nas ideias colectivas sobre a política internacional têm, por sua vez, um efeito de mudança da identidade nacional. É um modo original de interpretar, por exemplo, os efeitos das variações nas políticas externas no fim dos impérios ou, noutro registo, as consequências internas da ascensão internacional de uma grande potência.

JEROME KOHN (ED.), HANNAH ARENDT. THE PROMISE OF POLITICS

Nova York, Schocken Books, 2005, 256 pp.

O terceiro livro de Hannah Arendt publicado pelo seu antigo aluno e curador dos seus arquivos, Jerome Kohn, parte dos textos da filósofa alemã que deviam ter formado o segundo livro das *Origins of Totalitarianism*.

A própria Hannah Arendt sublinha a ausência, na edição original da sua principal obra política, de um estudo sobre as origens do bolchevismo, paralela ou comparável às do nazismo. Para preencher essa falha, começa por regressar a Marx, onde não quer descobrir os prolegómenos conceptuais do comunismo leninista e encontra a ruptura, ou o fim do pensamento político, que torna possível, por sua vez, as derivações totalitárias. Depois, em vez de descer aos subterrâneos da história intelectual novecentista para encontrar o fio da meada comunista e escrever, como previa, um ensaio sobre os *Totalitarian Elements in Marxism*, volta a Montesquieu e a Hegel, por um lado, e a Platão, por outro. Nesse sentido, o tema forte, na colecção de ensaios publicados em *The Promise of Politics*, é a tradição ocidental do pensamento

político – pensamento, não teoria, como insiste Jerome Kohn, que recorda a primeira frase da sua professora no seminário da Universidade de Nova York, em 1968, sobre as experiências políticas do século XX: «esqueçam todas as teorias».

É sempre difícil publicar textos incompletos e imperfeitos, que não foram dados como prontos pelo seu autor, como acontece neste volume de escritos póstumos. Jerome Kohn procura responder a essa dificuldade, desde logo, pelo rigor do seu trabalho com os manuscritos originais, que formam uma massa considerável de documentos, em parte já tratados por Ursula Ludz, responsável pela versão alemã de *Introduction into Politics*. Por outro lado, realça o lado que conheceu melhor de Hannah Arendt, a filósofa que escrevia, como Thomas Hobbes, em tempos perigosos e excepcionais, no princípio da «era moderna», cujo início são as explosões atómicas – uma arma criada para ser usada contra Hitler, que acaba por ser empregue contra o Japão, um regime imperialista mas não um regime totalitário. Essas armas revelam a capacidade de destruição da guerra total e, nesse sentido, tornam literalmente possível não só a guerra de aniquilamento mas também o aniquilamento da própria política.

BARRY BUZAN, THE UNITED STATES AND THE GREAT POWERS. WORLD POLITICS IN THE TWENTY-FIRST CENTURY

Londres, Polity, 2004, 256 pp.

Nos seus dois últimos livros, Barry Buzan procura, por um lado, arrumar os seus estudos teóricos sobre os complexos de segurança regionais e o

mapa das regiões internacionais e, por outro, analisar a configuração do sistema internacional no pós-Guerra Fria, a partir das relações entre as principais potências. O primeiro tema está sobretudo tratado em *Regions and Powers* (com Ole Waever), o segundo em *The United States and the Great Powers*.

A parte mais interessante do último livro é a excursão teórica sobre as definições de grande potência, um tema paradoxalmente negligenciado pelas escolas realistas que tratam, e bem, da política internacional como as relações entre as grandes potências. A *démarche* de Barry Buzan evoca, sem o citar, o exercício de William T. R. Fox, um dos fundadores da escola americana de relações internacionais, que escreveu, em 1944, um ensaio intitulado *The Super-Powers*. William Fox queria responder teoricamente a uma mudança concreta – a redução do número de grandes potências no fim da II Guerra Mundial e a excepcional concentração de poder nas mãos dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da União Soviética, evidente mesmo antes da arma atômica. Os três vencedores eram superpotências, as restantes passavam à categoria de potências regionais.

Barry Buzan quer adaptar a teoria a uma dupla mudança, a emergência dos Estados Unidos como a única superpotência, que confirma a tendência paralela para a redução do número de grandes potências e para a concentração do poder internacional e a tendência de regionalização do sistema internacional. A sua proposta é distinguir três níveis: as superpotências – o plural de uma categoria onde só iden-

tifica um candidato contemporâneo – as grandes potências e as potências regionais. A parte inovadora está na categoria intermédia, onde inclui as grandes potências que podem vir a ser superpotências, ou a pôr em causa a preponderância de uma potência hegemónica – o caso da China, por exemplo, ou o da Alemanha, no passado. Os termos dessa definição remetem para a concepção dialéctica do fundador da escola inglesa, Martin Wight, para quem todas as grandes potências queriam ser potências dominantes e todas as potências dominantes queriam ser um império.

**HENDRIK SPRUYT, ENDING EMPIRE.
CONTESTED SOVEREIGNTY
AND TERRITORIAL PARTITION**

Ithaca, Cornell University Press, 2005, 326 pp.

No século passado, paralelamente ao ciclo das guerras totais e das revoluções totalitárias, o fim dos impérios europeus, desde a Áustria Hungria à Alemanha e da Grã-Bretanha e à União Soviética foi a grande mudança na política internacional. Hendrik Spruyt trata o tema de uma forma original. Por um lado, sublinha a importância da dimensão internacional dos processos de descolonização, nomeadamente desde o fim da II Guerra Mundial. Os benefícios económicos das possessões imperiais diminuíram substancialmente, o seu valor estratégico mais ainda e as revoltas nacionalistas nas colónias fizeram aumentar os custos do *status quo* imperial, sobretudo para as potências menores. Por outro lado, faz uma análise comparativa dos processos de descoloni-

zação para avaliar a flexibilidade ou a rigidez das políticas territoriais dos velhos impérios europeus. Os seus casos incluem potências marítimas e continentais, grandes e pequenas potências, bem como estados com regimes democráticos e autoritários: a Grã-Bretanha e a União Soviética, a França e a Holanda, e Portugal.

O método de Hendrik Spruyt combina a teoria das relações internacionais com a análise institucionalista. A sua tese articula as dimensões externas – os condicionamentos internacionais – e as dimensões internas, como o tipo de regime político e a configuração dos sistemas institucionais. A hipótese que quer testar é clara: quanto maior for a concentração do poder, democrático ou autoritário, maior é a flexibilidade na definição das políticas

territoriais – a Grã-Bretanha e a União Soviética desfizeram os seus impérios respectivos de uma forma controlada – e, inversamente, quanto maior é a fragmentação interna e o número de *veto players* com acesso à decisão, mais forte é a tendência para se manter o *status quo* territorial, mesmo à custa de esforços excepcionais. É o caso da Holanda e, sobretudo, de Portugal, que não só suportou um número proporcionalmente muito elevado de baixas nas guerras coloniais, como teve de as sustentar isoladamente, sem aliados e sem poder superar os bloqueamentos internos, que paralisaram a decisão nacional e adiaram a descolonização até ao golpe de Estado militar de 25 de Abril de 1974.

■ CARLOS GASPAR

A AMÉRICA E O MUNDO

WITNEY W. SCHNEIDMAN, *ENGAGING AFRICA: WASHINGTON AND THE FALL OF PORTUGAL'S COLONIAL EMPIRE*

University Press of America, Maryland, 2004, 293 pp.

O livro de Witney Schneidman constitui uma excelente síntese sobre o modo como as várias administrações norte-americanas acompanharam a questão colonial portuguesa desde o início das guerras coloniais até à independência de Angola. O livro cobre, por conseguinte, as administrações de John Kennedy, Lyndon Johnson, Richard Nixon e Gerald Ford e apoia-se num aturado trabalho de investigação que serviu de base à dissertação de doutoramento do autor, defendida já na

década de 1980. Esta é, porventura, a maior limitação do livro de Schneidman: trata-se de um trabalho escrito originariamente há cerca de vinte anos e que não conheceu qualquer actualização por parte do autor (à excepção de uns curtos parágrafos na conclusão do livro), quer no que respeita às fontes primárias que ficaram disponíveis, quer em termos da produção bibliográfica sobre o tema que entretanto foi publicada. Neste sentido, não só escapa ao leitor tudo aquilo que se escreveu sobre o tema em epígrafe nos últimos vinte anos como também se encontra ausente uma dimensão comparativa que provavelmente resultaria da leitura do muito que se tem publicado sobre a política externa norte-americana no conti-

nente africano durante as décadas em estudo.

Engaging Africa é, contudo, um livro bem estruturado, bem escrito e baseado num conjunto riquíssimo de fontes de arquivo desclassificadas, em numerosos textos e documentos oficiais e, por fim, em quase uma centena de entrevistas realizadas pelo autor a alguns dos principais protagonistas dos acontecimentos relatados. Os três primeiros capítulos são dedicados, sucessivamente, às administrações Kennedy, Johnson e Nixon, enquanto que os dois últimos nos remetem já para os acontecimentos posteriores ao 25 de Abril de 1974. O autor descreve-nos os esforços das administrações democratas para alterar a política colonial portuguesa, com especial destaque para o período da Presidência Kennedy. Explica, também, que estas pressões não terão sido suficientes para «mover» o regime de Lisboa, em grande parte devido ao «trunfo» estratégico possuído pelo governo de Oliveira Salazar nas suas relações com os Estados Unidos: a base das Lajes, nos Açores. A Administração Nixon adoptou já uma aproximação consideravelmente diferente em relação ao problema colonial português de acordo, aliás, com uma revisão geral da sua política para com a África Austral que rejeitava a inevitabilidade da autodeterminação e que privilegiava as relações com os governos de «minoria branca» da região.

O capítulo 4 do livro, intitulado «Kissinger, Carlucci, and Portugal's Revolution» mostra-nos o modo como Washington acompanhou as mudanças revolucionárias em Portugal, desde a surpresa inicial

com os eventos em Lisboa até ao «alívio» com o triunfo dos «moderados» em Novembro de 1975, passando pelo alarme causado pela presença de elementos do Partido Comunista Português nos diversos governos provisórios que se seguiram ao 25 de Abril de 1974. Por fim, o último capítulo do livro remete-nos para a intervenção directa dos Estados Unidos em Angola e, por conseguinte, para um dos episódios mais dramáticos da Guerra Fria no continente africano. Para o autor, o fracasso da política norte-americana para Angola explica-se, em grande medida, pela falta de entendimento, em Washington, do contexto político africano, bem como pela ausência de um apoio claro por parte de um Congresso norte-americano ainda no rescaldo da Guerra do Vietname e, por isso, muito relutante em concordar com a «aventura angolana».

PIERO GLEIJESES, *CONFLICTING MISSIONS. HAVANA, WASHINGTON, AND AFRICA, 1959-1976*

Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2002, 552 pp.

O livro de Piero Gleijeses, *Conflicting Missions. Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*, é um trabalho de grande qualidade mas dificilmente catalogável. Trata-se, à primeira vista, de uma obra sobre a política externa norte-americana para o continente africano no período compreendido entre 1959 e 1976. No entanto, a narrativa de Gleijeses é bastante mais complexa, uma vez que o autor introduz nesta equação um terceiro elemento: a política cubana em África e o modo como

ela entrou frequentemente em conflito com os objectivos traçados em Washington. *Conflicting Missions* é, assim, mais do que um trabalho de história das relações internacionais ou de história da política externa norte-americana numa área geográfica específica. A abordagem do autor aos vários assuntos focados no livro é tão completa que nos permite verdadeiramente falar num trabalho de «international history», ou seja, um trabalho que é simultaneamente de história dos Estados Unidos, de história de Cuba e de várias histórias de vários países do continente africano. Para a sua elaboração, Gleijeses recorreu a um trabalho de pesquisa que se estendeu por cerca de duas décadas em arquivos cubanos, americanos, belgas, alemães e britânicos.

Gleijeses é professor de Política Externa Americana na Johns Hopkins University e tinha, até ao momento, orientado grande parte da sua obra para o estudo da política externa dos Estados Unidos na América Latina. Agora debruça-se sobre África mas fá-lo, como se disse atrás, não numa perspectiva exclusivamente americana. Ao autor interessa-lhe sobretudo o modo como a política cubana e a política dos Estados Unidos para o continente africano colidiram de forma frontal praticamente desde o momento em que Fidel Castro chegou ao poder. Nesse sentido, a narrativa de Gleijeses conduz-nos desde o envio dos primeiros emissários cubanos com propostas de apoio aos rebeldes argelinos até ao colapso do império português e à guerra civil de Angola, a que Gleijeses dedica praticamente um terço do livro. Pelo meio ficam outros temas aliciantes

do confronto americano-cubano pela hegemonia política e ideológica em África, como o Congo ou a Guiné-Bissau. Os capítulos sobre Angola são dos mais bem conseguidos permitindo, pela primeira vez, um conhecimento e uma avaliação fidedignos do que foi a intervenção cubana naquela antiga colónia portuguesa.

Um dos méritos do trabalho de Gleijeses é o de nos obrigar a repensar alguns dos pressupostos em que assentam visões mais «rígidas» do comportamento dos actores internacionais durante a Guerra Fria. O autor demonstra, por exemplo, que o envolvimento cubano em África ao longo das décadas em apreço não se deveu unicamente à pressão e manipulação da União Soviética. As «missões» cubanas em África não foram ditadas pela obediência cega aos ditames soviéticos, mas antes por uma estratégia realista e pragmática destinada a reforçar a posição internacional do regime de Castro, a fornecer a Havana novos argumentos no seu relacionamento com a União Soviética e, não menos importante, a enfraquecer a crescente influência dos Estados Unidos no continente africano.

VICTORIA DE GRAZIA, IRRESISTIBLE EMPIRE. AMERICA'S ADVANCE THROUGH TWENTIETH-CENTURY EUROPE

Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press, 2005, 586 pp.

A tese essencial da historiadora Victoria de Grazia, professora na Universidade de Columbia, em Nova York, é a de que a mais importante conquista dos Estados Unidos ao longo do século XX pode

bem ter sido o triunfo da sociedade de consumo norte-americana sobre a civilização burguesa da Europa. Este é o tema central do livro de Grazia que nos demonstra como essa genuína criação norte-americana – o «império do mercado» – acabou por conquistar o continente europeu no período de entre as duas guerras. Trata-se de um «império sem fronteiras» que se desenvolveu desde a primeira década do século XX e que atingiu o seu apogeu na segunda metade dessa centúria. Um império governado não pela força das armas mas pelas «ambições insaciáveis» das principais corporações norte-americanas, pela pressão dos mercados, pela atracção «irresistível» do *american way of life*. Um império, por fim, que avançou de forma confiante e decidida em solo europeu, triunfando sobre todas as estratégias alternativas que face a ele se colocaram, desde o modelo de consumo burguês, oriundo do século XIX, até aos modelos de consumo controlado e planificado, característicos da Alemanha nazi e da Rússia soviética.

Os vários capítulos deste livro (que é simultaneamente uma obra de história económica e de história cultural), abordam outras tantas realidades estruturantes do «império irresistível», começando com o surgimento das modernas técnicas de distribuição e de venda, passando pelo papel crucial da publicidade e terminando no modelo feminino da «Mrs. Consumer», característico dos lares europeus da segunda metade do século XX. A autora socorre-se de exemplos concretos destas mesmas realidades, criando assim uma narrativa recheada de episódios e de «pes-

soas reais». A leitura do livro permite-nos ouvir o Presidente Wilson discursando perante o World's Salesmanship Congress em 1916, encontrar os rotários de Duluth, Minesotta, confraternizando com os «burgueses» de Dresden, perceber o fascínio dos operários dos arredores de Paris com os filmes de Garbo e de Bogart e, por fim, acompanhar uma manifestação de apoiantes da Slow Food em Roma, em frente aos vários estabelecimentos de *fast food* de origem norte-americana.

Numa altura em que tanto se discute o défice de *soft power* na política externa dos Estados Unidos, este livro permite-nos recordar, justamente, o seu período áureo, marcado pela crescente importância dos modelos e valores norte-americanos na sociedade europeia do século XX. Duas notas finais que poderão servir para matizar os convincentes argumentos apresentados por Victoria de Grazia: em primeiro lugar, ao contrário do que se possa concluir pela leitura do livro, este «império irresistível» não foi algo que a sociedade europeia se viu obrigada a aceitar privada de hipóteses alternativas. O «império do mercado», para retomar a feliz expressão do historiador norueguês Geir Lundestad, foi, acima de tudo, um «*empire by invitation*». Em segundo lugar, a hegemonização cultural da Europa pelos Estados Unidos nunca foi um fenómeno absoluto, muito pelo contrário. Mesmo reproduzindo os modelos de consumo e de comercialização do outro lado do Atlântico, os europeus puderam sempre (passe a publicidade...) comprar os seus automóveis Renault ou Fiat, as suas televisões Blaupunkt e os seus frigoríficos Ariston.

THOMAS L. FRIEDMAN, THE WORLD IS FLAT. A BRIEF HISTORY OF THE TWENTY-FIRST CENTURY

Nova York, Farrar, Straus and Giroux, 2005, 488 pp.

Tal como em trabalhos anteriores, o consagrado colunista do *The New York Times*, Thomas Friedman, traça-nos um fresco admirável das mais recentes tendências e evoluções do processo geralmente designado por globalização. O seu argumento central neste livro é o de que, nos primeiros anos do século XXI, o mundo se tornou verdadeiramente «plano», ou seja, ainda mais interligado e interdependente do que nas décadas finais do século XX. Nesta nova fase da globalização (Globalização 3.0, como afirma Friedman) estão progressivamente a esvanecer-se todas e quaisquer barreiras comerciais, políticas e tecnológicas, permitindo que o mundo se torne verdadeiramente plano. Thomas Friedman destaca neste livro um conjunto de eventos ou de desenvolvimentos tecnológicos que tiveram lugar nos últimos quinze anos e que foram, na sua opinião, as verdadeiras «forças que nivelaram o mundo», contribuindo de um modo decisivo para o actual grau de globalização. Friedman dá assim o devido destaque a acontecimentos como a queda do Muro de Berlim e o colapso do império soviético, que permitiram a integração no sistema global de todos os países da Europa de Leste anteriormente na órbita soviética. Salienta também os importantes «saltos qualitativos» trazidos pelo sistema operativo Windows 3.0, pelo surgimento do *browser* Netscape, pelo aparecimento de poderosos motores de busca na Internet, como o Google e o Yahoo! e pelo desenvol-

vimento da compatibilidade entre diversos tipos de *software* utilizados nas empresas e nos grandes negócios. O *outsourcing* de determinados serviços, como sejam os *call-centers* de grandes empresas norte-americanas agora a funcionar na Índia, a deslocação de centros industriais para países como a China, permitindo, na opinião de Friedman, a baixa de preços para o consumidor mas também o desenvolvimento das economias de países mais pobres, são outras das inovações salientadas. Por fim, Friedman destaca, também, a importância das novas tecnologias de comunicação *wireless* e dos instrumentos portáteis (*handheld devices*) enquanto facilitadores das comunicações globais e, conseqüentemente, da criação de um mundo mais «plano».

The World is Flat não é um livro «futurista», mas antes uma análise penetrante de alguns dos principais desenvolvimentos económicos, sociais e tecnológicos dos dias de hoje. Na verdade, a maioria das «estórias» contadas pelo autor reporta-se ao século XXI e todas elas procuram reflectir aspectos diversos daquilo a que o autor chama a «nivelção» do mundo contemporâneo. Para Friedman, esta é a realidade mais determinante da breve história do século XXI, à qual não tem sido dada a devida atenção por um mundo concentrado na ameaça do terrorismo internacional e na evolução da Guerra do Iraque. As principais limitações do livro de Friedman são, porém, o seu excessivo optimismo no poder «nivelador» dos desenvolvimentos tecnológicos e o facto de não fazer qualquer menção ao «outro lado» da sua história, ou seja, aos países e populações que em África, na América Latina e mesmo na

Ásia não só não têm beneficiado das vantagens da «nivelção», como têm visto a sua posição relativa decair em virtude da chamada «info-exclusão». O facto de Friedman se centrar sobretudo na evolução registada na Índia e na China leva-o a ignorar que, hoje em dia, no continente africano apenas 2,7 por cento da população utilizam a Internet, enquanto que na América do Norte essa cifra atinge os 68 por cento. Se olharmos para os dados rela-

tivos a Setembro de 2005, disponibilizados pelo site internetworldstats.com, apercebemo-nos de que países como a Etiópia, a Libéria, o Malawi, o Níger, o Ruanda e a Serra Leoa, apresentam uma taxa de utilizadores da Internet abaixo dos 0,5 por cento do total da população. Não é de crer que, para os habitantes destes e de outros países, o mundo se tenha tornado mais nivelado nos primeiros anos do século XXI.

■ **LUÍS NUNES RODRIGUES**

MÉDIO ORIENTE

NADIR FARJANI (ED.), ARAB HUMAN DEVELOPMENT REPORT 2004 – TOWARDS FREEDOM IN THE ARAB WORLD

Nova York, UNDP, 2005, 248 pp.

Num momento em que a democratização do mundo árabe é vista como um tema crítico da vida internacional, o Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) publicou, em Abril de 2005, o terceiro volume do *Arab Human Development Report*, dedicado à liberdade no mundo árabe. Na base deste documento está um conceito de liberdade definida como a oportunidade de escolha dos indivíduos e a sua capacidade de prosseguir com essas mesmas escolhas. O relatório, produzido por uma equipa de académicos e decisores políticos do mundo árabe liderada pelo egípcio Nadir Farjani, procurou definir um quadro analítico que considerasse os padrões culturais árabe e ocidental, pelo que o conceito de liberdade adoptado não inclui apenas escolhas civis e políticas mas também a eliminação de todos os prin-

cípios contrários à dignidade humana (económicos e morais, por exemplo).

Esta série de relatórios do UNDP teve início em 2002. O primeiro *Arab Human Development Report* procurava analisar os processos de desenvolvimento ao nível nacional e regional, tendo concluído que existiam três falhas essenciais: produção e disseminação de conhecimento, direitos políticos e condição das mulheres.

Seguindo a análise dos principais problemas identificados no primeiro relatório, o terceiro volume da série (*Towards Freedom in the Arab World*) aborda alguns dos temas mais controversos no seio do mundo árabe: liberdade, reforma política e boa governação. A susceptibilidade dos temas originou, aliás, um atraso considerável na publicação da versão final do relatório, que teve de ser discutida e aprovada pelos vários autores e instituições envolvidos no projecto. Os primeiros resultados da equipa de investigadores suscitaram diversas críticas, pelo que se seguiu uma série de versões até ser alcançado um acordo face ao documento final.

Na base deste trabalho de investigação está a análise das atitudes públicas na Argélia, Jordânia, Palestina, Líbano e Marrocos – muitos dos países da região não autorizaram a realização do estudo – com o objectivo de identificar os desafios e constrangimentos que se colocam à promoção da democracia pluralista no mundo árabe. Segundo os autores, os resultados indicam que os habitantes dos países em análise consideram possuir um nível de liberdades pessoais satisfatório (liberdade de movimento, casamento, propriedade, etc.), ao contrário do que acontece com as liberdades públicas (participação política, medidas anticorrupção, independência dos *media* e do sistema judicial, etc.). Isto leva a que os autores concluam que o fracasso da promoção da democracia no mundo árabe não tem uma razão de ordem cultural, antes resultando da convergência de estruturas políticas, sociais e económicas que impedem a oposição livre aos regimes autoritários e tirânicos.

THOMAS CAROTHERS E MARINA OTTAWAY (EDS.), UNCHARTED JOURNEY: PROMOTING DEMOCRACY IN THE MIDDLE EAST

Washington, Carnegie Endowment for International Peace, 2005, 300 pp.

Os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 provocaram alterações profundas nas percepções ocidentais do mundo islâmico. As ameaças ganharam outra dimensão, pelo que académicos e decisores políticos procuram encontrar explicações para o crescente sentimento antiocidental e para a persistência do radicalismo islâmico, em parti-

cular no Médio Oriente. A ausência de regimes democráticos e sociedades civis fortes foi uma das razões encontradas. Como tal, para além da guerra global contra o terrorismo, foi desencadeada uma série de iniciativas com vista à promoção da democracia na região, sendo este novo imperativo guiado mais por uma necessidade de segurança no Ocidente do que por uma vontade de reforma política.

Este é o ponto de partida para uma das mais recentes publicações do Carnegie Endowment for International Peace (um influente *think-tank* norte-americano), coordenada por Thomas Carothers e Marina Ottaway, que procura analisar as estratégias, americana e europeia, de promoção da democracia no Médio Oriente. A promoção de reformas políticas nesta região debate-se com diversas limitações. Entre elas, destaca-se a falta de credibilidade ocidental, e em particular americana, para promover a democracia no Médio Oriente. Este sentimento, generalizado no mundo árabe, decorre em grande medida da coincidência entre este ímpeto democratizador e a invasão anglo-americana do Iraque. No que diz respeito aos Estados Unidos, em particular, a existência de interesses económicos e de segurança, muitas vezes conflituais (acesso aos recursos energéticos/luta contra o terrorismo), ameaça retirar consistência e eficácia a qualquer política para a região.

Tal como acontece com os Estados Unidos, muitos países europeus têm interesses e agendas múltiplas para o Médio Oriente. O investigador Richard Youngs analisa o papel da Europa na região, secundário quando comparado com o

americano, apesar de a União Europeia ter sido pioneira na defesa de reformas políticas no Médio Oriente, com a criação da Parceria Euro-Mediterrânica em 1995. A Europa tem adoptado uma aproximação indirecta de promoção da democracia, uma estratégia politicamente cautelosa e atractiva para os cidadãos europeus (já que não existe uma ingerência clara nos assuntos internos dos regimes árabes), mas cuja eficácia tem vindo a ser crescentemente questionada.

Ao analisar as estratégias americanas e europeias, os autores alertam para o facto de poucos especialistas ocidentais dedicados às questões do mundo árabe terem conhecimento dos métodos de promoção da democracia, ao mesmo tempo que poucos especialistas em democratização têm conhecimentos sobre o Médio Oriente. Isto leva a que se cometam erros de análise, como o entusiasmo face ao fortalecimento da sociedade civil como principal método para a promoção da democracia na região, que se tem revelado ineficaz.

Os autores concluem que não existem respostas simples ou fórmulas mágicas para a reforma política no Médio Oriente. A história política e as particularidades culturais, sociais e económicas da região determinam a evolução dos sistemas políticos, pelo que as estratégias ocidentais devem ter em conta esta complexidade. O Médio Oriente tem experimentado poucas reformas liberalizantes e escassos debates internos, pelo que permanece politicamente bloqueado, dominado por regimes autoritários, que se têm revelado capazes de absorver as reformas políticas sem alterar os elementos fundamentais

do poder, o que resulta numa enorme falta de representatividade dos cidadãos. Os actores externos devem, por isso, ter a humildade para compreender a realidade regional e adaptar a sua estratégia às condicionantes existentes.

**GILLES KEPPEL (COORD.), AL-QAIDA
DANS LE TEXTE**

Paris, PUF, 2005, 440 pp.

Hannah Arendt disse um dia, sobre a análise do totalitarismo, que mais importante que denunciá-lo era compreendê-lo. Este princípio aplica-se perfeitamente ao fenómeno do fundamentalismo islâmico e a obra *Al-Qaida dans le Texte* é um instrumento útil para a sua compreensão. Sob a direcção de Gilles Keppel, este livro consiste na tradução inédita, anotada e comentada, de uma compilação de textos de quatro das principais figuras da Al-Qaida – Bin Laden, Abdallah Azzam, Ayman al-Zawahiri e Abou Moussab al-Zarqawi – procurando assim traçar o perfil ideológico da organização responsável pelos atentados terroristas mais salientes da história contemporânea.

A obra, da responsabilidade de um conjunto de investigadores do Instituto de Estudos Políticos de Paris especialistas em estudos islâmicos e literatura árabe contemporânea, analisa separadamente cada uma das figuras, primeiro através de um perfil biográfico e depois da análise dos textos publicados, recolhidos em livros, páginas da Internet e declarações em órgãos de comunicação.

Osama bin Laden é identificado como o ícone da organização. O seu pensamento

foi influenciado por um ideólogo bem menos conhecido, o palestino Abdallah Azzam, o primeiro doutrinário da *jihad* global. O estratega da organização é Ayman al-Zawahiri, de origem egípcia, que, ao contrário de Azzam, é hostil a qualquer contacto com estruturas estatais. Abou Moussab al-Zarqawi é identificado como o operacional, uma personagem de carácter local, sendo conhecido como o representante da Al-Qaida no Iraque. Tal como os autores fazem questão de destacar, é difícil comprovar a veracidade dos textos que são atribuídos a Zarqawi, já que todos são de difusão electrónica.

A Internet representa, aliás, um veículo por excelência da ideologia da organização terrorista, que procura aliar as novas tecnologias à tradição islâmica. O público-alvo destes textos são jovens muçulmanos residentes um pouco por todo o mundo, dispostos a assumir a *jihad* global contra os «ímpios» como a causa por excelência. O quadro ideológico da Al-Qaida é assim uma mistura de códigos ancestrais e terrorismo pós-moderno, aqui considerado como a fusão da violência terrorista e da representação mediática.

Uma das ideias destacadas na obra é a multiplicidade de sentidos que podem ser atribuídos às expressões utilizadas, em especial quando se trata de uma tradução directa, de árabe para francês neste caso. Exemplo disso é a própria expressão Al-Qaida. De acordo com os autores, Qaida pode significar *regra* ou *norma*, pelo que as acções terroristas se esforçariam por construir uma nova norma para a ordem mundial. Ao mesmo tempo, Qaida significa a *base*, expressão que designava os

campos árabes no Afeganistão. A Al-Qaida seria assim a *base que impõe a norma*.

Devemos, por isso, salientar que a descoberta dos sentidos da retórica islamita não é uma tarefa fácil, especialmente para o leitor menos familiarizado com a cultura islâmica e os debates do mundo muçulmano contemporâneo. Contudo, para os «iniciados» no assunto, esta é uma obra cuja utilidade merece ser assinalada.

**MARGARIDA SANTOS LOPES,
ARAFAT – A PEDRA QUE OS PALESTINIANOS
LANÇARAM AO MUNDO**

Lisboa, Público, 2005, 336 pp.

Margarida Santos Lopes, editora da secção Mundo do jornal Público, acompanha há vários anos a situação no Médio Oriente. Sendo o conflito israelo-palestiniano um dos conflitos mais intratáveis na região, a decisão da jornalista de realizar uma biografia do histórico líder da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, é facilmente compreensível. À pergunta «O que levaria um povo a aceitar derrotas como vitórias e a fazer de um homem um herói?», a autora responde com a citação de uma palestiniana: Arafat é a pedra que os palestinianos lançaram ao mundo! Numa alusão à luta que opôs palestinianos e israelitas durante a primeira intifada, Margarida Santos Lopes destaca, desta forma, o que considera ter sido o maior feito do líder palestiniano: retirar da obscuridade um povo cujas aspirações nacionais têm sido sistematicamente adiadas desde meados do século passado. O maior fracasso de Arafat é ter morrido

sem realizar a tarefa a que dedicou toda a sua vida: criar um Estado palestino viável e independente.

Na verdade, a história de Yasser Arafat confunde-se com a da luta do povo palestino pela autodeterminação. Assim, esta biografia, escrita em tom de narrativa, vai para além da vida do líder palestino. Nela são relatados diversos episódios que marcaram as últimas décadas do Médio Oriente, as relações de Arafat com os líderes da região, a luta palestina no contexto da Guerra Fria, a evolução das negociações do processo de paz e, finalmente, os últimos meses de vida de Arafat e a crise de sucessão originada pela sua morte. Ao longo do texto são utilizadas diversas referências a trabalhos jornalísticos e académicos que procuram facilitar a compreensão da complexa situação no Médio Oriente. Para a preparação deste livro, Margarida Santos Lopes baseou-se numa pesquisa bibliográfica, em informação recolhida em jornais, revistas e pági-

nas da Internet, para além do seu próprio percurso jornalístico.

Tal como Miguel Sousa Tavares faz questão de salientar no prefácio da obra, este trabalho não consiste num exercício académico, mas num relato dos inúmeros episódios que compõem a vida de Yasser Arafat e a história do movimento nacional palestino. Para além da virtude de ser a primeira biografia de Arafat escrita em português, o livro de Margarida Santos Lopes inclui ainda um conjunto de informações de enquadramento, nomeadamente o que designa de «pequena enciclopédia palestina» em que descreve os principais grupos e personalidades que actuam (ou actuaram) no território. Em suma, para além de se tratar de uma obra de leitura agradável, *Arafat – A Pedra que os Palestinos Lançaram ao Mundo* tem ainda o mérito de realizar bem a síntese entre a perspectiva histórica e a vivacidade do registo jornalístico.

■ ANA SANTOS PINTO